

DE PORTUGAL PARA O BRASIL: AS PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA NA METRÓPOLE ATÉ A CHEGADA DA IMPRESSÃO RÉGIA NA COLÔNIA

Soênia Pacheco (UFPE)

ABSTRACT

This work aims to present part of the history related to the first printing presses in Portugal until the arrival of the Royal Printing in Brazil. The emphasis, at this point, is on didactic elaboration, inserted in a context of educational proposals aimed at both the Metropolis and the colonies. Along this path, works published in Portuguese territory in the 15th century stand out; then, the performance of the first school system that Brazil knew, the Jesuit (1549-1759); next, the emphasis will be on the “Pombaline reforms” of public education (1759-1777); and, finally, with the establishment of the Portuguese royal family in Brazilian lands at the beginning of the 19th century, the benefit of innovative initiatives, in particular the foundation of the Royal Printing, which will make it possible to make documents, maps, books, among other productions, and it will irrevocably transform the Portuguese colony. The connection between knowledge of the Portuguese book tradition and the beginning of typographic production in Brazilian lands is the main contribution exposed here.

Keywords: Historiography; Publication; Educational System; Royal Printing.

RESUMO

No presente trabalho objetiva-se apresentar parte da história relacionada às primeiras publicações tipográficas em Portugal até a chegada da Imprensa Régia ao Brasil. A ênfase, nesse ponto, volta-se à elaboração didática, inserida num contexto de propostas educativas direcionadas tanto à Metrópole quanto às colônias. Nesse percurso, destacam-se trabalhos publicados em território português no século XV; em seguida, realça-se a atuação do primeiro sistema escolar que o Brasil conheceu, o jesuíta (1549-1759); na sequência, o relevo será para as “reformas pombalinas” da instrução pública (1759-1777); e, por fim, com o estabelecimento da família real portuguesa em terras brasileiras em 1808, o benefício de iniciativas inovadoras, em especial a fundação da Imprensa Régia, que possibilitará a confecção de documentos, mapas, livros, dentre outras produções, e transformará irremediavelmente a colônia lusitana. A conexão entre o conhecimento da tradição livresca portuguesa e o início da produção tipográfica em terras brasileiras constitui-se na principal contribuição aqui exposta.

Palavras-Chave: Historiografia; Publicação; Sistema Educacional; Imprensa Régia.

Introdução

Os anos finais do século XV marcaram o término do Medievo e o início da Era Moderna, quando Cristóvão Colombo em 1492, a mando dos reis espanhóis, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, atracou na ilha de Watling ou ilha de San Salvador – na época, conhecida como Guanahani pelo povo lucaiano, originário do lugar (Andrade 1997: 13). Nesse contexto, grandes mudanças estavam sendo traçadas pela ousadia humana em conhecer novas terras e, propositadamente, adquirir mais poder e riquezas. Diante de tamanhos desafios, foi necessário o desenvolvimento ainda mais efetivo de várias áreas do conhecimento, como a Astronomia, a Geografia, a Cartografia, entre outras, o que levou, conseqüentemente, também ao investimento em formas de registro mais eficazes das descobertas em curso.

Segundo Katzenstein (1986: 350), os primeiros impressos europeus são atribuídos ao alemão, nascido em Mogúncia, Johannes Gensfleisch zum Gutenberg (1400-1468) e para o qual também é atribuída a invenção da impressão com tipos móveis na Europa, fato este que ainda é um enigma para historiadores e cientistas ao redor do mundo e esclarece que

Desde que começou a investigação, com o aparecimento dos primeiros impressos, com tipos móveis, a invenção tem sido reivindicada periodicamente por cidadãos de praticamente todos os países europeus. A atribuição a Johann Gutenberg é a mais popular e amplamente reconhecida (Katzenstein 1986: 351).

Quanto aos impressores que realmente vão contribuir para o desenvolvimento da imprensa em Portugal destacam-se os alemães Valentim de Morávia e Nicolau da Saxónia, alguns castelhanos e o impressor português Rodrigo Álvares, como destaca Machado (2014) em entrevista *on-line* (*vide* Anexo).

1. As primeiras impressões em Portugal

Hallewell (2017: 36) afirma que durante o interregno entre a Idade Média e a Era Moderna processa-se a transição entre a tradição dos manuscritos e a nova técnica de impressão na Europa. Machado (2014), através de entrevista *on-line* (Anexo), amplia tal informação ao afirmar que os primeiros livros impressos em língua portuguesa e que apresentaram autêntica expressão social foram: *Sacramental*, obra do espanhol Clemente

Sánchez de Vercial, produzida em Lisboa por impressor anônimo e sobre a qual pairam dúvidas concernentes ao ano exato de sua publicação, visto que não é conhecida sua folha de *colophon*, mas que se acredita ser do ano de 1488; ainda em 1488 foi publicado o primeiro texto, o *Sumário das Graças* (Machado 2014: 3); *Tratado de Confissom*, concluído em 08 de agosto de 1489 em Chaves, cujo impressor é também desconhecido (Alcântara 2014: 1); *Vita Christi* de 1495, que será ressaltado mais adiante; *História de Vespasiano* (1496); *Constituições que fez o senhor Dom Diogo de Sousa Bispo do Porto* de 1497, sendo este o primeiro livro que teria sido impresso por um português, Rodrigo Álvares, em Porto, ainda de acordo com Alcântara (2014: 1); *Evangelhos e Epístolas* (1497), dentre outros títulos.

Hallewell (2017: 38) afirma que a obra *Vita Christi* foi produzida por Valentim Fernandes, impressor nascido na Morávia (Alemanha), em conjunto com outro alemão, Nicolau da Saxónia. Heitlinger (2007: 1) confirma e aprofunda esse dado, explicando que a obra supracitada se destaca por um importante detalhe: foi a primeira obra ilustrada. Os alemães responsáveis foram enviados a terras lusitanas por um nobre primo da rainha Leonor, a Perfeitíssima, a pedido da mesma, cuja intenção era a de produzir a tradução de Nicolau Vieira e Bernardo de Alcobaça da *Vita Christi*, de Ludolfo, o Saxão, sendo esta obra do século XIII. A rainha pretendia presentear seu marido, D. João II, com a obra em tela, por volta de 1495.

Apesar da maioria da população europeia do século XV não saber ler nem escrever, já havia muitos impressos populares circulando, cujos conteúdos variavam, como notícias, orações, romances, entre outros, o que demonstra que a alfabetização já vinha sendo acessível a camadas mais pobres. Esses impressos simples tinham nomes diferenciados, dependendo do país, sendo chamados de *chapbook* pelos ingleses – pequeno livro ou panfleto contendo contos populares, baladas, poemas, etc., comercializado por vendedores ambulantes, os chamados *chapmen* (Ceia & Andrade 2009: 1); de *livre de colportage* pelos franceses; de *literatura de cordel* pelos espanhóis; e de *folheto de feira* pelos portugueses (Hallewell 2017: 47). No Brasil, estes folhetos apareceram, acredita-se, em 1808, quando a prensa tipográfica foi instituída e um dos primeiros a serem publicados e distribuídos foi a *História Verdadeira da Princesa Magalona*, *chapbook* já muito difundido na Europa e na América Espanhola.

2. A atuação do primeiro sistema escolar no Brasil: o jesuíta

Portugal, no contexto histórico do final do século XV, figurava como a maior potência colonial da época (Andrade 1997: 13). Porém, com a chegada da corte portuguesa ao Brasil no início do século XIX, “Portugal nem de longe lembrava a metrópole vibrante dos tempos de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral” (Gomes 2014: 51). Enfim, o que gerou este torpor ao longo de séculos? Torpor este que respingará no Brasil sob vários aspectos, mas, em especial, no tocante ao processo educativo, torná-lo-á um país de educação europeizada, aculturadora e discriminatória, ou seja, desconectado com a realidade nacional, restrito fundamentalmente aos filhos dos colonos e sem respeito às tradições educativas nativas, que eram, de modo geral, espontâneas, na qual “cada integrante da tribo assimilava tudo o que era possível assimilar, o que configurava uma educação integral” (Saviani 2013: 38).

A fim de alcançar resposta à pergunta formulada anteriormente, é preciso reportar-se ao sentido da colonização do Brasil e, para isso, Prado Júnior (1994: 41) afirma que Portugal visava transformar a colônia numa simples produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano, possibilitando vendas com grandes lucros nos mercados europeus, tudo isso sob um rigoroso regime de restrições econômicas e opressão administrativa, assim sendo, educar efetivamente o povo não fazia parte dos planos.

Quanto à lentidão e, pode-se dizer, descaso do governo português em manter-se em sua caminhada desenvolvimentista, Gomes (2014: 52) atribui duas causas, uma de caráter demográfico e econômico, ou seja, Portugal possuía uma pequena população, conseqüentemente, não dispunha de gente nem de recursos para manter seus domínios; dependia dos escravos para exploração de suas minas de ouro e diamantes e para as lavouras; bem como a cidade de Lisboa era apenas um entreposto comercial de produtos vindos do Brasil para a Inglaterra e outros países; e a segunda causa tinha caráter político e religioso, ou seja, o país mergulhou num conservadorismo gritante, no qual, nobreza e povo eram subordinados aos dogmas católicos, tornando-se avessos a quaisquer iniciativas libertárias, desprezando descobertas científicas revolucionárias. Acredita-se aqui, portanto, que o comodismo português se deveu às facilidades financeiras que usufruíam a partir dos recursos que conquistaram na fase áurea das Grandes Navegações, levando-os a acreditarem que essa riqueza estaria à disposição (quase) infinitamente, especialmente ao manterem o Brasil sem liberdade de ação no mercado ocidental.

Os portugueses estabeleceram imprensas em seus domínios africanos e asiáticos, mas não permitiram o mesmo no Brasil, visto que era a colônia mais produtiva e que precisava ser mais controlada, além disso, naquele primeiro século e meio de colônia, “a administração do Brasil era tão rudimentar e a população tão pequena e espalhada por uma área tão vasta que a indústria da impressão não era administrativamente necessária nem economicamente possível” (Hallewell 2017: 74).

Resgatando-se um pouco do que foi realizado quanto à educação no Brasil, a mesma se inicia em 1549, a partir da chegada do primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza, e dos jesuítas, chefiados pelo Padre Manuel da Nóbrega. Segundo a Constituição Prévia do Estado do Brasil, o Regimento de 17 de dezembro de 1548, o novo Governador estava incumbido de várias funções que, inicialmente, já proclamavam que em nome do rei e de Deus, deveria o dito governante “conservar e enobrecer as Capitânicas e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando, para exalçamento da nossa Santa Fé e proveito de meus Reinos e Senhorios”.

Para corroborar esse modelo colonial dominante – econômica e socialmente –, foram enviados para cá também os jesuítas – religiosos da Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534 –, que se dedicaram “a duas tarefas principais: a pregação da fé católica e o trabalho educativo” (Piletti & Piletti 1988: 166). Ainda de acordo com o Regimento (1548), reforçava-se a necessidade de os gentios serem “doutrinados e ensinados nas cousas de nossa Santa Fé”. A parceria entre Igreja e realza tinha por objetivo instruir para a fé católica e, assim, subjugar – em nome de Deus – mais eficientemente, ou seja, a educação no Brasil já se iniciava tendo como base estrutural os interesses econômicos e, em consequência, de poder. Porém, para que o trabalho missionário pudesse surtir os efeitos almejados, fazia-se necessário investir no ensino da leitura e da escrita e como a língua tupi era a mais difundida nos litorais, ela foi usada como instrumento de catequese. Logo, os missionários aprenderam o tupi e organizaram as primeiras gramáticas nesse idioma. José de Anchieta produziu a *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil* (Figura 1), que, já em 1556, era utilizada uma versão manuscrita no Colégio da Bahia e que foi impressa em 1595 em Coimbra.

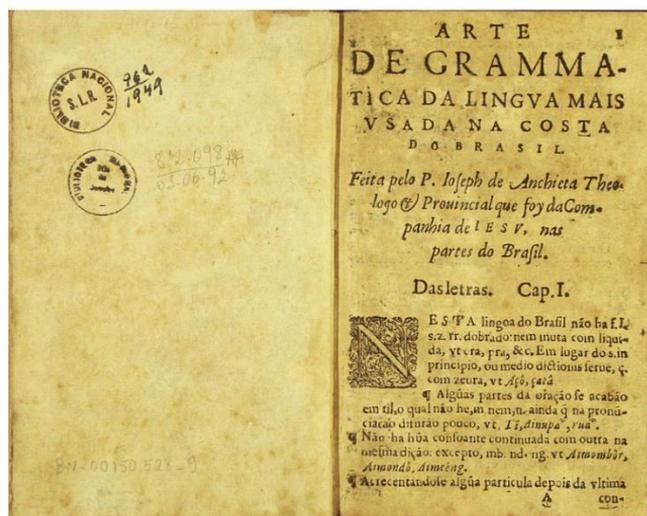


Figura 1: Obra *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*

O panorama educacional do Brasil configura-se da seguinte maneira: de 1500 até 1549 – anos referentes ao “descobrimento” das terras de além-mar e à posse do primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, respectivamente – absolutamente nada foi realizado no tocante à instrução da população, pois, na verdade, o fator educação simplesmente não constava na pauta dos colonizadores, conseqüentemente, a impressão de livros e o comércio livresco também não existiam e, como já dito, o Brasil nada mais era que um território de extração de matérias-primas, uma colônia de população dispersa e administração instável.

No período de 1549 a 1759 – quando chegam os jesuítas, pretenciosos em implantar uma “rede escolar” na colônia até a expulsão dos mesmos pelo Marquês de Pombal –, a educação era altamente direcionada a interesses particulares, especialmente os da Coroa e da Igreja Católica, como se ressaltou anteriormente e, conforme Lima (1976: 23), “os colégios dos jesuítas eram, apenas, centros de recrutamento de futuros ‘soldados’ da Companhia de Jesus...”, assim como a gramática do Anchieta servia como um instrumento da conversão do indígena, então, na verdade, os jesuítas não foram só professores e poetas, mas exerceram o papel também de empresários e políticos a serviço daquelas instituições, reforça Castro (2008: 42). Não se pode esquecer, no entanto, que, mesmo com essa política direcionada e rígida, foram esses religiosos que deram início a um processo educativo estruturado e livresco antes nunca possível no Brasil, além de valorizarem o hábito de

estudar e de terem sido responsáveis por grande parte do registro conhecido sobre a cultura indígena (Castro 2008: 42).

Como exemplo, o donatário Francisco Pereira Coutinho instala-se na Bahia em 1536 e funda a Povoação do Pereira ou Vila do Pereira (Gantois 2014: 1) – antes, Vila Velha –, na qual é edificada, treze anos depois, em abril de 1549, a primeira escola elementar brasileira: a Escola de ABC, do Ir. Vicente Rijo, mais conhecido como Vicente Rodrigues, o mestre desta primeira escola e considerado, historicamente, o primeiro mestre-escola do Brasil, dedicando mais de 50 anos de serviços prestados. Silva (1956: 15) enfatiza que “o primeiro Provincial do Brasil cumpriu, com júbilo e prestimosidade, a recomendação que lhe fizera o seu Mestre Simão Rodrigues: ensinar sem demora o A. B. C. às crianças brasílicas”.

De acordo com Vilhena (1969: 37), quem “deu princípio à povoação primeira da Bahia”, isto é, à Vila Velha, foi “Diogo Álvares Corrêa, conhecido pelo nome de Caramuru”, sendo também a quem o rei D. João III escreveu uma carta avisando-o da chegada ao Brasil de “Tomé de Souza para erigir uma cidade nova em sítio melhor, e mais apropriado, do que o em que se acha assentada Vila Velha” (Vilhena 1969: 38). Então, essa nova cidade era Salvador, distante da Vila Velha cerca de um quarto de légua, e fundada em 29 de março de 1549 com a chegada do Governador Geral. Os jesuítas, chefiados pelo Padre Manuel da Nóbrega, erguem o *Collegio do Salvador da Bahia* ou Colégio do Terreiro de Jesus, em 1553, onde era usada a gramática do Anchieta pelo próprio, já mostrada aqui. Lago e Maciel (2012: 7) complementam que não havia livros – didáticos para os alunos consultarem – nessa época, sendo as lições escritas em cadernos e distribuídas para cada aluno pelo mestre Anchieta, que ensinava os rudimentos das línguas portuguesa, brasileira, latina e espanhola. Havia também o que os autores citam como uma “língua brasileira” e que, segundo Hallewell (2017: 60), tratava-se de um “vernáculo de contato baseado no tupi, a primeira língua indígena que os colonizadores conheceram, foi difundido pelos colonos e pelos missionários por toda a imensa colônia” e ainda reforça “o português só começou a substituir essa *Língua Geral do Brasil* com a grande onda de imigração portuguesa provocada pela corrida do ouro no início do século XVIII” (Hallewell 2005: 60) e também pela própria proibição do tupi pelo Marquês de Pombal em 1757. Essa “Língua Geral” seria um tupi adaptado pelos jesuítas para converter os nativos e falava-se no dia-a-dia, daí a confecção da primeira gramática.

O currículo do Colégio da Bahia estava organizado da seguinte forma: curso elementar, que ensinava a ler, a escrever, a contar e conceitos básicos da

religião Católica (Lago & Maciel 2012: 8), mas também aprendiam a dançar à portuguesa – provavelmente o *Vira* –, a cantar e a ter seu coro de canto e flauta para as suas festas; o curso secundário enfocava o ensino de Letras e Filosofia. Na classe de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica. Na classe de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais; e o curso superior compunha-se de Teologia e Ciências Sagradas, ministrados para a formação de sacerdotes. Foi o primeiro curso de nível superior do Brasil – os Gerais –, que, de acordo com Bacelar (2013: 4), os Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas seguiam os estatutos da Universidade de Évora, a segunda universidade fundada em Portugal (1559), depois da Universidade de Coimbra, e as universidades modernas ocidentais têm origem nas escolas medievais conhecidas como *studia generalia* (estudos gerais ou universais, de onde deriva o termo universidade). Silva (1956: 71), descreve a longa e infrutífera saga dos religiosos dessa instituição de ensino em busca do reconhecimento de seus cursos superiores pela Coroa naquela época. Em relação aos livros utilizados especificamente nos cursos superiores, Barbosa Machado em entrevista *on-line* (Anexo), afirma que

Havia livros, claro. Cada aluno podia ter um ou mais livros impressos. Tinham de certeza uma gramática latina e/ou portuguesa, por onde estudavam ambas as línguas. Tinham também manuais de Filosofia. Quanto a Ciências Naturais, duvido muito que tivessem todos acesso aos livros. Tanto mais que muitos deles eram proibidos e só os mestres poderiam aceder a eles.

E complementa esclarecendo que os alunos também copiavam apontamentos durante as aulas – daquilo que o professor ia ministrando –, passavam à mão (as chamadas *sebentas*) e depois trocavam ou vendiam aos mais novos.

Enfim, antes de 1808 é muito difícil saber com exatidão sobre impressão no Brasil e passados quarenta e nove anos desde a expulsão dos religiosos (1759) até o traslado da Corte, muito pouco se fez, mais uma vez, pela educação dos brasileiros, bem como em relação aos livros, que eram proibidos de serem impressos em território brasileiro até o início do século XIX. Corroborando este lamentável fato, Araújo (1986: 15) diz que até o traslado da corte, o livro não foi estampado entre nós, salvo dois ou três casos “ilegais” de prelos logo sequestrados ou destruídos pela polícia real, porém, havia livros sim, mas que, na verdade, chegavam de Portugal e que, para circular, eram devidamente autorizados pela fé oficial.

3. A educação no período pombalino e as obras didáticas impressas

O período pombalino, que se estabeleceu de 1750 a 1777, foi regido por Sebastião José de Carvalho e Melo, que exerceu a função de Secretário do Reino – uma espécie de Primeiro-Ministro atualmente – após 1755, obteve o título de Conde de Oeiras em 1759 e em 1770, acumularia o de Marquês de Pombal, ainda suscita controvérsias das quais não há como escapar ao deparar-se com os diversos pontos de vista a respeito de sua influência durante o governo do rei D. José I. Carvalho (1978: 2) afirma que “Pombal é ponto de partida e razão de ser de todos os acontecimentos do reinado de D. José I” e Macedo (1951: 25 *apud* Carvalho 1978: 2) complementa observando que “durante vinte e sete anos Pombal é causa de tudo que sucedeu em Portugal – o bem ou mal conforme as simpatias”. Ele foi a grande figura do despotismo esclarecido da época em Portugal e suas decisões desfavoreceram, de forma mais ampla, o processo educativo, a começar pela expulsão dos jesuítas através do alvará de 28 de junho de 1759, que dá fim às escolas jesuíticas de Portugal e de suas colônias, ou seja, ele destruiu o único sistema escolar com o qual se podia contar, mas, por outro lado, ele tomou posse como Ministro com um conjunto bem formulado de ideias adquiridas em sua experiência diplomática e pelas amizades com eminentes figuras ligadas à ciência, vindo daí a implantação das Aulas Régias, que constavam do mesmo alvará citado.

As Aulas Régias focavam nos estudos menores, divididos em primário – cujas diretrizes não foram traçadas de início – e em secundário, já organizados em Humanidades, especificamente Gramática Latina, Grego e Retórica. Os livros utilizados eram o *Novo Método da Gramática Latina* do padre Antônio Pereira ou a *Arte da Gramática Latina*, reformada por Antônio Félix Mendes e também a *Minerva* de Francisco Sanches para as aulas de Gramática Latina; para as aulas de grego e hebraico, *Epítome do Método de Port-Royal*, *Evangelho de São Lucas* e *Atos dos Apóstolos*; e para as aulas de Retórica, *Instituições Oratórias* de Quintiliano.

Em 06 de julho de 1759, oito dias após a expulsão dos religiosos, o Marquês de Pombal nomeia o Cônego D. Tomás de Almeida para exercer o cargo de Diretor-Geral de Estudos do Reino e Ultramar e em 28 de julho é lançado o edital para quem quisesse e pudesse candidatar-se a uma vaga ao novo magistério. Após análise dos dados referentes à disciplina pretendida e considerando a experiência do candidato, o mesmo seria submetido a exames

de capacitação e de conhecimentos sobre a matéria escolhida (Saviani 2013: 89). Porém, todo o processo de seleção, desde a candidatura até assumir o cargo por parte do docente, levava muito tempo, o que já demonstrava a ineficiência do novo sistema educacional. Saviani (2013: 89) relata que os primeiros professores régios foram nomeados em 15 de agosto, sendo quatro professores para Latim e dois para Retórica, porém, apenas para as cidades de Lisboa, Coimbra, Évora e Porto. No Brasil, o primeiro concurso desse tipo foi realizado no Recife, em 20 de março de 1760, e depois no Rio de Janeiro, em 7 de maio, mas as nomeações eram muito lentas e, após cinco anos do concurso, em 1765, ainda não havia sido nomeado nenhum professor! Assim, D. Tomás de Almeida deixa o cargo em 04 de junho de 1771 e suas atribuições passam a ser exercidas pela Mesa Real Censória, criada pelo alvará de 5 de abril de 1768 e que tinha funções como a fiscalização de todas as publicações e dos concursos para professores; gerir o sistema educacional de Portugal e de suas colônias; e administrar as escolas de Estudos Menores do Reino. Tudo isso financiado pelo chamado Subsídio Literário.

Mas os problemas com a educação continuaram e, especificamente para o Brasil, as Aulas Régias ou aulas avulsas representaram a primeira tentativa de ensino público, entretanto, tal sistema pouco alterou a realidade educacional vigente, tampouco se constituiu numa oferta de educação popular, ficando restrita às elites locais.

Com a saída de D. Tomás – junho de 1771 –, encerra-se a primeira fase da reforma pombalina e inicia-se em agosto de 1772 a segunda fase, que se preocupará com os estudos maiores, ou seja, com o nível superior. Para tal, foi criada, já em 23 de dezembro de 1770, a Junta de Providência Literária, cujo objetivo era a elaboração de um novo estatuto para a Universidade de Coimbra. Participaram dessa Junta os irmãos brasileiros Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho e João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho e destacaram-se as propostas dos autores de obras que influenciaram os pensamentos e ideias do Marquês e que eram seus amigos durante sua estada diplomática pela Europa, antes de assumir as obrigações de Estado. Tais contribuições, que irão marcar suas decisões no tocante às reformas dos estudos maiores, são os trabalhos de Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), como *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre* (1734) (Figura 2), no qual esse autor recomenda “aos professores que insistissem não só com o latim, mas também com a geografia, a história, a matemática e o direito” (Maxwell 1997: 11).



Figura 2: Obra *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre*

Também houve muito destaque para o *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís Antônio Vernei (1713-1792); e *Método para Aprender a Medicina e Cartas sobre a Educação da Mocidade* (Figura 3), ambos livros do Dr. Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), para a conclusão dos trabalhos e o aceite dos *Novos Estatutos da Universidade de Coimbra*, que, é importante destacar, tinham “o sentido de orientar a vida cultural portuguesa pela ideologia iluminista” (Saviani 2013: 93).

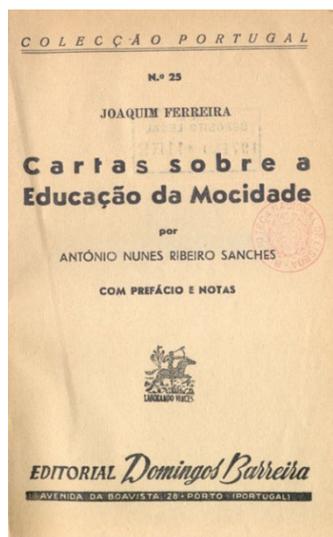


Figura 3: Obra *Cartas Sobre a Educação da Mocidade*

Houve significativas mudanças na estrutura curricular dos estudos maiores e na utilização de obras literárias valiosas, cabendo destacar que a cultura livresca, baseada em tratados antigos, foi substituída fundamentalmente pelo método experimental, prático, como no caso do Curso de Medicina; e as disputas escolásticas e o ensino verbalístico deram lugar aos estudos históricos nas Faculdades de Teologia, Direito e Cânones, enfim, como afirma Saviani (2013: 93), a reforma “procurou incorporar o progresso das investigações empíricas no campo da medicina, da filosofia e da matemática; e os avanços do método histórico, hermenêutico e crítico no âmbito teológico e jurídico”, mas tudo isso a serviço do Estado português, o que não impossibilitou, no final do processo, a implantação dos ideais iluministas. A Reforma foi implantada entre 22 de setembro e 24 de outubro de 1772.

O Governo pombalino retoma as medidas para ordenar os estudos menores e na Lei de 6 de novembro de 1772 ficam instituídas as regras para a reconstituição das escolas de ler, escrever e contar, porém, a própria lei deixa bastante clara a exclusão de vários indivíduos de classes sociais menos favorecidas, isto é, as diretrizes são totalmente discriminatórias e, conseqüentemente, não abarcavam todos os componentes da sociedade. Nesse Plano, aprovado pelo rei, a Mesa Real Censória organizaria os mapas com a localização das escolas e a nomeação dos mestres, como explica Saviani (2013: 90). Nessa distribuição de aulas e de professores, o Brasil ficou com 43 mestres, sendo que 16 ficaram nas aulas de ler, escrever e contar; 15 para as aulas de latim; 3 para as aulas de grego; 6 em Retórica; e 3 para ensinar Filosofia e todos distribuídos entre o Rio de Janeiro, a Bahia, Pernambuco, Mariana, São Paulo, Vila Rica, São João Del Rei, Pará e Maranhão. Enfim, eram poucos mestres para um território tão vasto! Do total de aulas régias promovidas pela Coroa, Portugal concentrava 88,7%, enquanto que o Brasil vinha em segundo lugar com apenas 5,1%, mais que as outras colônias, que estavam em situação bastante precária.

D. José I falece em 24 de fevereiro de 1777, então, sai de cena o Marquês de Pombal e a educação portuguesa e de suas colônias passa às mãos da rainha D. Maria I, filha, sucessora de D. José I e a primeira mulher a ocupar o trono na história de Portugal (Gomes 2014: 58). Martins (1882: 206) é contundente em afirmar que “a morte do rei condenou o ministro ao exílio, rebentaram do chão os cogumelos, a adornar o throno de uma rainha a quem nunca sobrou o juízo”, pois ela governa até 1792, quando cai em estado de insanidade mental e é substituída por seu filho, o Príncipe Regente D. João.

Outro fato decisivo é que, como D. Maria I também era extremamente

religiosa, “traria de volta ao poder a parte mais conservadora, piedosa e atrasada da nobreza” (Gomes 2014: 58) e, reforçando, ela era “virtuosa sim, mas também a maior beata que a educação jesuíta creára no decurso de quasi três séculos” (Martins 1882: 206), o que levou a educação aos braços dos religiosos mais uma vez e, àquela altura, ao descaso e à estagnação de um já sofrido processo educacional. A Mesa Real Censória foi extinta em 1787 e em seu lugar foi instituído o Tribunal da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, que funcionou até o ano de 1794.

Apesar de toda essa história conturbada da educação no Brasil, pode-se dizer, havia iniciativas interessantes no tocante à instrução, nas quais foram mescladas as reformas pombalinas de caráter iluminista às diretrizes religiosas, como no caso do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, onde eram ministradas aulas de Filosofia e Teologia (estudos maiores) e de Grego, Hebraico e Retórica (estudos menores) pelos franciscanos, de conformidade com o alvará régio e de acordo com os moldes da Universidade de Coimbra já reformada (Saviani 2013: 108); em Mariana, Minas Gerais, foi fundado o Seminário da Boa Morte, mais conhecido como Seminário de Mariana, em 1750, e que tinha o objetivo de formar padres “naturais da terra” e pessoas com ideais libertários, que culminaram na Inconfidência Mineira de 1789; e o exemplo mais contundente dessa fase, o Seminário de Olinda ou antigo Colégio de Olinda dos jesuítas, fundado em 16 de fevereiro de 1800 pelo bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho, que, consoante “os movimentos ideológicos e idéias filosóficas que agitavam Portugal e a Europa” (Alves 1993: 26), propôs que o currículo do colégio visasse ao “preparo ‘de um bom cidadão e de um indagador da Natureza’ que aprenda a ‘procurar a verdade nas suas fontes’ ” (Alves 1993: 27).

4. A Impressão Régia chega ao Brasil

A fuga da família real portuguesa para a sua maior e mais rica colônia extrativista concretizou-se em 29 de novembro de 1807 (Gomes 2014: 61) – sendo esta a data da partida de Lisboa, ilustrada pela lendária frase de D. Maria I: “Não corram tanto ou pensarão que estamos fugindo” (Schwarcz 2002: 215) – e que se deveu à pressão inevitável exercida por Napoleão Bonaparte sobre o príncipe regente D. João (Gomes 2014: 39). O “Filho da Revolução”, como se intitulava o próprio Napoleão (Gomes 2014: 37), tendo subjogado a maioria dos reinos europeus, com exceção do britânico, aliado de Portugal, partiu para a ofensiva e decretou o chamado Bloqueio

Continental, que consistia no fechamento dos portos europeus ao comércio de mercadorias britânicas.

D. João, representante máximo de Portugal e parceiro econômico da Inglaterra, encontrou-se em situação desesperadora frente às exigências do imperador francês, daí a difícil – e tantas vezes protelada – decisão de abandonar seu território e seu povo às tropas de Junot, que já marchavam em direção às terras lusitanas no ano de 1807. Porém, condicionada à oferta dos ingleses de proteção até o Brasil, estava associada a concessão àqueles de medidas políticas e econômicas libertárias, que colocariam o mercado brasileiro à disposição da Coroa Inglesa. Primeiro, a abertura dos portos às nações amigas, ou seja, à Inglaterra, seis dias após a chegada do Príncipe Regente D. João e sua corte a Salvador em 22 de janeiro de 1808; depois a instalação do novo aparelho de Estado no Rio de Janeiro, aonde D. João chegou a 07 de março daquele ano, e que era composto pela Justiça, Fazenda, Imprensa e Impressão (Schwarcz 2002: 247).

Especificamente no tocante à Impressão Régia, instituída em maio, realça-se que, consoante novos acontecimentos políticos surgiam, a Impressão foi sendo rebatizada: em 1815, ano da constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e do Algarve, passou a chamar-se Régia Oficina Tipográfica e em 1818, quando D. João foi aclamado rei, “a oficina mudou o nome para Tipografia Real” (Schwarcz 2002: 249); organização do Arquivo Central no mês de abril, que reunia mapas e cartas geográficas do Brasil e projetos de obras públicas; em setembro, o surgimento da *Gazeta do Rio de Janeiro* (Figura 4), primeiro jornal impresso no Brasil, que tinha, como uma de suas funções, divulgar atos governamentais (Mitchell 2013: 1).

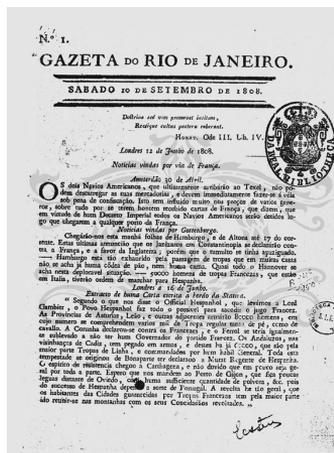


Figura 4: Primeiro jornal impresso no Brasil

Vale a pena destacar que, ao mudar-se para o Brasil, D. João trouxe objetos preciosos, milhares de pessoas, mas acabou deixando para trás – além de seu triste povo – um acervo preciosíssimo pertencente à Biblioteca Real do Paço da Ajuda, que, devido ao momento do conturbado embarque, foi deixado no porto em caixas que continham os milhares de livros – e mais outros artefatos valiosos –, que só chegariam ao Brasil em 1810 e 1811. Esse material era o resultado do trabalho conjunto do rei D. José I, do Marquês de Pombal, do padre José Caetano de Almeida, do abade e bibliófilo Diogo Barbosa Machado e de várias outras pessoas, cuja contribuição para a montagem da citada biblioteca foi crucial (Schwarcz 2002: 262).

Na verdade, a Biblioteca Real do Paço da Ajuda foi organizada para substituir a Biblioteca Real, que havia sido o resultado do empenho de reis portugueses desde o século XIV e que havia sido destruída por ocasião das consequências do terremoto ocorrido em Lisboa em 1º de novembro de 1755, causando a destruição de prédios, provocando incêndios, maremoto e muitas mortes. Schwarcz (2002: 79) informa que na Biblioteca da Ajuda, portanto, estavam reunidas duas coleções diferentes: a Livraria Real, que era privativa dos monarcas e contava com obras de temas variados, como religião, história, filosofia, belas-artes e ciências naturais, assim como atlas, obras impressas e manuscritas, partituras de música, desenhos, cartas geográficas, gravuras, estampas, algumas obras de arte, instrumentos de medição, moedas e medalhas; e a do Infantado, especializada na formação dos príncipes reais, ou seja, cuidava da educação dos futuros monarcas e compreendia uma série de livros, como os compêndios de história e de geografia, os primeiros livros de ciências, gramáticas e outras tantas obras que contribuíam para a educação dos herdeiros reais (Schwarcz 2002: 266).

Quanto às produções geradas em terras brasileiras, também se destacam documentos, mapas, livros das mais variadas naturezas, iniciando-se, dessa feita, um novo horizonte político, econômico, literário e artístico ao Brasil. Então, permitindo-se proceder a uma *décalage* temporal, que se julga pertinente neste momento, traz-se a lume um exemplo significativo dessa inovadora e promissora fase, que foi a publicação daquele que é considerado o mais famoso manual didático, *Primeiras Lições de Coisas* (Figura 5) de 1861, escrito pelo norte-americano Norman Allison Calkins, traduzido para o português em 1881 pelo intelectual baiano Ruy Barbosa e, posteriormente, publicado no Brasil em 1886.

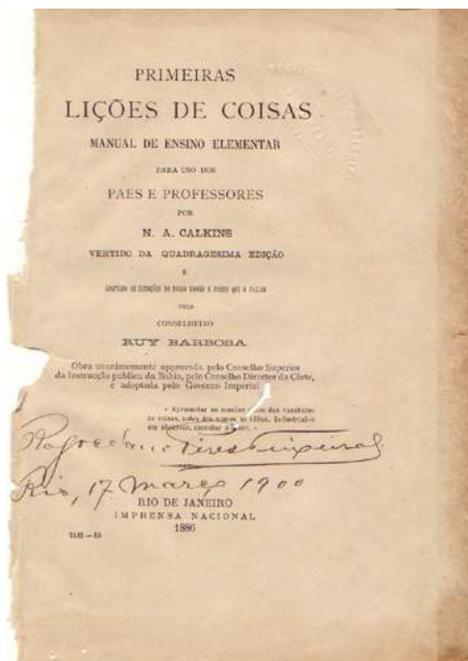


Figura 5: Obra *Primeiras Lições de Coisas*

Considerações Finais

A tradição livresca em Portugal e o posterior legado tipográfico trazido ao Brasil constituem o elo motivador da construção deste trabalho. Muito, destarte, há para ser discutido, uma vez que a História dessa relação entre Metrópole e Colônia é colossal em suas nuances.

A contribuição almejada inicia-se no resgate da produção impressa em terras portuguesas, que traz em seu cerne detalhes singulares, muito pouco conhecidos em especial pelo público do Brasil e que gestaram, em terras brasileiras, forte herança literária. Esta, por sua vez, esteve – e está – intrinsecamente ligada à produção didática e, conseqüentemente, à educação, que aqui apresenta-se contextualizada pelas iniciativas pedagógicas dos jesuítas e do período pombalino. Por fim, com o estabelecimento da Real Família Portuguesa no além-mar e as inovações por aquela oportunizadas, instala-se o arcabouço primordial para mudanças significativas que, especificamente consoante às impressões, abrem caminhos até então inacessíveis ao povo brasileiro.

Em última análise, buscou-se resgatar, valorizar e divulgar um dos elos históricos que uniu Portugal e Brasil ao longo de considerável e intenso

período: o do desenvolvimento de um novo paradigma, consubstanciado pelo alcance à in(formação) através das produções impressas. Assim, acredita-se que trazer a lume tais nuances pretéritas contribuirá tanto para o conhecimento desse momento histórico em si, como para que também se compreenda o quão determinante e diversificado foram os laços que interligaram os dois países no passado e que ainda permanecem no presente, como atesta o *Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal* de 1954.

Referências Bibliográficas

- Alcântara, L. (2014): *Breve Notícia do Primeiro Livro Impresso em Linguagem*. Disponível em: < http://lucioalc.blogspot.com/2014/07/breve-noticia-do-primeiro-livro_24.html >. Acesso em: 13 set. 2014 e 16 jul. 2020.
- Alves, G. L. (1993): *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)*. Ibitinga, SP: Humanidades.
- Anchieta, J. (1595): *Arte de Grammatica da Língua mais Usada na Costa do Brasil*. Coimbra. Disponível em: < <http://tupi.fflch.usp.br/textos-complementares> >. Acesso em: 21 jul. 2020.
- Andrade, M. C. (1997): *Tordesilhas: Um Marco Geopolítico*. Recife: Massangana.
- Araújo, E. (1986): *A Construção do Livro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL.
- Bacelar, J. (2013): *Primeira Universidade do Brasil*. Disponível em: < <https://www.guiageografico.com/> >. Acesso em: 16 jul. 2020.
- Calkins, N. A. (1886): *Primeiras Lições de Coisas* Tradução de Ruy Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: < http://www.crmariocovas.sp.gov.br/txt_html/mem/obj/obj_a/r_016_mem.html >. Acesso em: 21 jul. 2020.
- Carvalho, L. R. (1978): *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Saraiva.
- Castro, F. (2008): *Em Nome do Pai*. 65.^a ed., p. 42-47. São Paulo: Revista Aventura na História: Para Viajar no Tempo.
- Ceia, C.; Andrade, S. (2009): *Chapbook*. Disponível em: < <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/chapbook/> >. Acesso em: 16 jul. 2020.
- Gantois, E. (2014): *465 Anos da Cidade do Salvador*. Disponível em: < <https://salvadorhistoriacidadebaixa.blogspot.com/> >. Acesso em: 16 jul. 2020.
- Gazeta do Rio de Janeiro (1808): Rio de Janeiro: Imprensa Régia. Disponível em: < <http://www.in.gov.br/web/guest/inicio> >. Acesso em: 21 jul. 2020.
- Gomes, L. (2014): *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. 3.^a ed. rev. ampl. São Paulo: Globo.

Hallewell, L. (2017): *O Livro no Brasil: Sua História*. 3.^a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP).

Heitlinger, P. (2007): *Valentim Fernandes (? – 1519)*. Disponível em: < <http://www.tipografos.net/historia/fernandes-valentim.html> >. Acesso em: 16 jul. 2020.

Katzenstein, U. E. (1986): *A Origem do Livro: Da Idade da Pedra ao Advento da Impressão Tipográfica no Ocidente*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória.

Lago, C. F.; Maciel, M. F. (2012): *A Tecnologia Utilizada na Educação pelos Padres Jesuítas no Brasil Colonial*. Disponível em: < <http://www.celso.lago.nom.br> >. Acesso em: 18 set. 2014.

Lima, L. O. (1976): *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Brasília.

Machado, J. B. (2014): *Os Dois Primeiros Livros Impressos em Língua Portuguesa*. n.º 8. Braga: Revista Portuguesa de Humanidades. Disponível em: < <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/machad18.pdf> >. Acesso em: 08 set. 2014.

Martins, J. P. O. (1882): *História de Portugal*. 3.^a ed. Lisboa: Bertrand. Disponível em: < <http://purl.pt/217> >. Acesso em: 29 set. 2014.

Maxwell, K. (1997): *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Mitchell, J. (2013): *As 7 Publicações Impressas mais Antigas do Brasil e do Mundo*. Disponível em: < <http://super.abril.com.br> >. Acesso em: 26 set. 2014.

Piletti, C; Piletti, N. (1988): *Filosofia e História da Educação*. 7.^a ed. Ática: São Paulo.

Prado Júnior, C. (1994): *História Econômica do Brasil*. 42.^a ed. São Paulo: Brasiliense.

Proença, M. M. P. (1734): *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre*. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva. Disponível em: < <http://purl.pt/129/6/#/5> > Acesso em: 21 jul. 2020.

Sanches, A. N. R. (19--): *Cartas sobre a Educação da Mocidade*. Porto: Domingos Barreira. Disponível em: < <http://purl.pt/148/4/#/5> >. Acesso em: 21 jul. 2020.

Saviani, D. (2013): *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 4.^a ed. Campinas: Autores Associados.

Schwarcz, L. M. (2002): *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: Do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, A. (1956): *Raízes Históricas da Universidade da Bahia*. Salvador: Progresso/ Universidade da Bahia.

Vilhena, L. S. (1969): *A Bahia no Século XVIII*. v. 1. Salvador: Coleção Baiana.

ANEXO

ENTREVISTA ON-LINE COM O PROF. JOSÉ BARBOSA MACHADO (2014)

1. Quais são os precursores na arte da impressão que atuaram em território português?

Os impressores que realmente vão contribuir para o desenvolvimento da imprensa em Portugal são os alemães Valentim de Morávia e Nicolau da Saxónia, alguns castelhanos e o impressor português Rodrigo Álvares.

2. A primeira universidade do Brasil foi instalada em Salvador, na Bahia, era jesuíta e espelhava-se na Universidade de Évora. Mas, quais os livros utilizados por professores e alunos? Os livros eram manuscritos e/ou impressos? Ou os alunos só copiavam o que o professor dizia? E como eram as aulas?

Havia livros, claro. Cada aluno podia ter um ou mais livros impressos. Tinham de certeza uma gramática latina e/ou portuguesa, por onde estudavam ambas as línguas. Tinham também manuais de Filosofia. Quanto a Ciências Naturais, duvido muito que tivessem todos acesso aos livros. Tanto mais que muitos deles eram proibidos e só os mestres poderiam aceder a eles. De resto, tiravam apontamentos nas aulas daquilo que o professor ia dizendo. Aliás como no tempo em que eu era estudante. Não havia fotocópias, mas havia alunos que passavam à mão as chamadas sebentas, que depois trocavam ou vendiam aos mais novos. Pelo menos na Universidade de Coimbra era assim.

3. Todos os autores e estudiosos que consultei afirmam que a primeira impressão oficial (Imprensa Régia) feita no Brasil foi em 13 de maio de 1808 e intitulava-se *Relação dos despachos publicados na Corte pelo expediente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no faustíssimo dia dos annos de S. A. R. o Príncipe Regente N. S. e de todos os mais, que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S. A. R. aos Estados do Brasil até o dito dia*. Porém, também encontrei o próprio decreto que institui a Imprensa Régia (impresso, é claro) e ele também data de 13 de maio de 1808 Pergunto: Qual foi impresso primeiro? Bem, o lógico é que seja o próprio

decreto que liberou tudo, mas, se assim for, então, considera-se a “Relação dos Despachos” como a primeira por ser uma obra mais ampla?

Essa questão fez lembrar aquela de qual veio primeiro: se a galinha se o ovo. Uma vez que os dois textos foram impressos no mesmo dia, é impossível estabelecer uma ordem. O que pode fazer é distinguir entre um livro, Relação dos despachos publicados na Corte (se é que é um livro), e um pequeno texto, o decreto que institui a Imprensa Régia. Em Portugal, o primeiro texto impresso em língua portuguesa é de 1488 e intitula-se Sumário das Graças. Mas o primeiro livro é o Sacramental, impresso no mesmo ano.